



Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização
nos Países de Língua Portuguesa

ISSN: 1980-7686

suporte@mocabras.org

Universidade de São Paulo
Brasil

Cordeiro de ARAÚJO, Sílvia

Perspectivas da Economia Solidária e da educação ambiental como práxis pedagógica no programa
Pescando Letras

Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, vol. VI, núm. 11,
septiembre-febrero, 2011, pp. 9-27

Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87920789002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**Perspectivas da Economia Solidária e da educação
ambiental como práxis pedagógica no programa
Pescando Letras**

**Prospects of the Social Economy and
Environmental Education as Pedagogical Praxis on
the Program Fishing Letters**

**Perspectives de l'Économie Solidaire et de
l'Éducation d'Environnement comme la pratique
pédagogique du programme Pêche de Lettres**

Sílvia Cordeiro de ARAÚJO

RESUMO

Este trabalho discute as perspectivas de inserção transversal dos princípios e práticas da educação ambiental e da economia solidária nas ações de alfabetização de jovens e adultos pescadores artesanais a partir das proposições do programa Pescando Letras. Inicialmente aborda questões gerais da pesca artesanal no Brasil com base em revisão de bibliografia sobre o tema. Em seguida, relaciona os princípios e práticas da educação ambiental e da economia solidária ao contexto da pesca artesanal, concluindo que a educação, sob esse ponto de vista, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento local sustentável das comunidades pesqueiras.

Palavras-chave: pesca artesanal, educação ambiental, economia solidária.

ABSTRACT

This paperwork discusses the prospects for cross-integration of the principles and practices of environmental education and economic solidarity

actions in literacy of adult fishermen from the propositions of the program Fishing Letters. Initially refers to general issues of artisanal fisheries in Brazil based on review of the literature on the subject. Then lists the principles and practices of environmental education and social economy in the context of fishing, concluding that the pedagogical praxis rooted in environmental education and social economy can contribute significantly to the sustainable local development of the fishing communities.

Index terms: artisanal fishing, environmental education, the social economy.

RÉSUMÉ

Ce travail traite des perspectives de l'insertion transversale des principes, de la pratique de l'éducation d'environnement et aussi de l'économie solidaire dans l'action de l'alphabétisation des jeunes et des adultes, pêcheurs artisanaux, à partir de propositions du programme Pêche de Lettres. Le travail présente des questions générales à propos de la pêche artisanale au Brésil basé sur la littérature. Ensuite il y a un lien entre le principe, la pratique de l'éducation d'environnement et de l'économie solidaire avec la pêche artisanale. En conclusion: la pratique pédagogique fondée sur l'éducation d'environnement et sur l'économie solidaire peut contribuer de façon significative au développement local durable des communautés de pêches.

Mots-clés: Pêche artisanale, éducation d'environnement, économie solidaire

INTRODUÇÃO

No Brasil, face à diversidade de ecossistemas aquáticos costeiros e continentais, ocorre uma grande variedade de modos de organização social e produtiva em torno da atividade pesqueira, dentre as quais se destaca a pesca artesanal.

Além da geração de emprego e renda, a produção proveniente da pesca artesanal, disponibilizada nos mercados locais e regionais, representa, como aponta Diegues (2004), uma fonte fundamental de proteínas, aminoácidos e vitaminas para as cidades litorâneas e ribeirinhas e contribui significativamente para a segurança alimentar e nutricional do país.

De acordo com a estatística da pesca realizada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 2007¹, a pesca artesanal é responsável por aproximadamente 65% da produção da pesca extrativa (que inclui a pesca industrial e a artesanal). Isso corresponde a uma produção anual de 505.812 toneladas de pescado que representa 47% de toda a produção nacional, sendo a pesca industrial responsável por 26% e a aquicultura por 27%.

É preciso ressaltar que há muitas dificuldades encontradas pelos pescadores artesanais para permanecer na sua profissão. Dentre elas, podemos destacar a redução dos estoques pesqueiros devido à poluição e à degradação ambiental, os conflitos em torno do uso e conservação dos recursos naturais, a falta de infra-estrutura de conservação e beneficiamento que permita agregar valor à produção e os elevados índices de analfabetismo que chegam a 30% do setor (267.530 pessoas).

Essa problemática impõe novas formas de (re) organização dos pescadores na busca da sobrevivência de sua atividade tal qual expressa pelo caráter singular de suas organizações e modo de vida. Nesse contexto, questionamo-nos então: quais as contribuições da educação para os processos coletivos de inserção e ao mesmo tempo confrontação da pesca artesanal com a dinâmica ordem econômica global frente aos altos índices de analfabetismo registrados entre os pescadores?

Utilizo os estudos de Diegues (2000) e Maldonado (1993) para contextualizar o cenário da pesca, especialmente a marítima que, longe de contemplar toda a diversidade de práticas e modos de organização social existentes no país, tratam das problemáticas e características recorrentes sobre o modo de organização social e produtiva dos pescadores artesanais.

Para compreender o contexto e as relações de trabalho na pesca artesanal, também recorro aos resultados de pesquisa de Ramalho (2006,

¹ Relatório “Estatístico da Pesca – Brasil Grandes Regiões e Unidades da Federação”. Ibama, 2007.

p.31) segundo os quais a resposta dos pescadores ao contexto que transcende cada vez mais o seu espaço local passa, fundamentalmente, pela “capacidade de recriar (...) as relações de trabalho e pertencimento peculiares à tradição da atividade pesqueira desenvolvida artesanalmente”.

Parto do pressuposto de que, se a relação dos pescadores artesanais com o meio ambiente e com a sociedade, por meio do trabalho, é elemento central na constituição das suas bases de reprodução material e simbólica, a educação ambiental e a economia solidária apresentam importantes contribuições ao processo educativo que tenha como horizonte a sustentabilidade no contexto da pesca.

As convergências e especificidades da educação ambiental e da economia solidária serão tratadas como subsídios ao programa de alfabetização de pescadores artesanais do Governo Federal titulado *Pescando Letras*.

A PESCA ARTESANAL

Como destaca Diegues, “a exploração dos recursos pesqueiros é antiga, tendo uma importância não somente econômica, mas cultural e simbólica” (2004, p.6). Da antiguidade à modernidade, há registros da atividade da pesca que, de acordo com o autor, foi responsável pela reprodução física e social de inúmeras sociedades ao redor do mundo.

No Brasil, os primeiros registros sobre a pesca referem-se à atividade de subsistência desenvolvida pelos povos indígenas descrita pelos europeus no período colonial. Desde então, com a chegada dos portugueses e outros povos da Europa e, em seguida, dos escravos africanos, houve significativo incremento da atividade pesqueira que se tornou importante fonte de alimento para os engenhos e fazendas coloniais (SILVA, 1988). Esse também foi um período de introdução de novas práticas, técnicas de captura e hábitos alimentares que deram origem a inúmeras culturas litorâneas

regionais ligadas à pesca no Brasil dentre as quais a dos *jangadeiros* no nordeste, a dos *caiçaras* no sudeste e a dos *açorianos* na região sul (DIEGUES, 1999).

Há várias tentativas no campo teórico de conceituação da pesca artesanal face à diversidade de formas de organização social e de produção, assim como de ambientes aquáticos (interiores, continentais e de alto-mar) a ela relacionados. Reconhecer essa diversidade e a complexidade das relações socioambientais na pesca implica em não adotar uma única definição que possa nos conduzir a um relativo reducionismo. Por outro lado, muito embora a prática da pesca ocorra com base em diferentes configurações locais e históricas, é possível identificar um conjunto de características e problemáticas recorrentes que podem contribuir para a construção de um cenário da pesca artesanal no Brasil.

Para Diegues (2000, p.59) a compreensão da pesca artesanal deve levar em consideração o modo de vida peculiar dos pescadores, assim como as suas relações de trabalho. Em contraste com a pesca industrial, a pesca artesanal é classificada como a de pequena produção mercantil na qual a produção é em parte comercializada e em parte consumida pela família que, muitas vezes, também participa do processo produtivo.

Os pescadores artesanais são, de modo geral, proprietários dos meios de produção e aqueles que não têm embarcações (predominantemente de pequeno porte) podem pagar para utilizá-las com parcelas de sua produção. Além disso, “o processo produtivo é presidido por um saber-fazer baseado no conhecimento tradicional e na dinâmica dos mares e de seus seres” (MARRUL, 2003, p. 30).

A pesca artesanal é desenvolvida prioritariamente em águas interiores, costeiras ou estuarinas, em contraposição à pesca industrial que se estende às regiões oceânicas mais profundas por meio da utilização de embarcações maiores e com mais tecnologia e autonomia de navegação. Mas não são apenas as características da frota que diferenciam a pesca

artesanal da industrial. Ademais, não há como fazer generalizações visto que o uso de tecnologias, o montante da produção ou o tamanho das frotas, tanto artesanais quanto industriais, podem variar. Por isso, é comum se diferenciar esses dois tipos de atividade analisando-se as relações de trabalho que caracterizam cada uma delas.

A pesca industrial, de maneira geral, pode ser realizada pelos empresários ou armadores de pesca que, embora sejam proprietários das embarcações e petrechos, não participam de modo direto do processo produtivo, mas delegam funções ao mestre da embarcação. A produção industrial implica uma divisão do trabalho entre os tripulantes - mestre, cozinheiro, gelador, maquinista, pescador e outros. Além disso, na maior parte dos casos, é necessária uma formação específica dos trabalhadores para lidar com certos equipamentos de pesca e da própria embarcação industrial.

As pesquisas de Maldonado (1993) no litoral da Paraíba mostram que as tarefas dos tripulantes (captura, desembarque e venda do pescado) - que na pesca industrial prescindem de uma organização hierárquica bem definida- na pesca artesanal têm sido desempenhadas, de maneira geral, pelos mesmos grupos de trabalho. Isso não significa que não haja hierarquia ou divisão de tarefas na pesca artesanal, mas que esta se dá a partir das definições do grupo de formas específicas de distribuição do poder em diferentes momentos da produção.

Pode-se afirmar que a diferença fundamental entre as pescas industrial e artesanal situa-se nas relações de trabalho que presidem o saber-fazer das tripulações. Na pesca industrial a divisão verticalizada das funções é dada pelo proprietário dos meios de produção (o empresário) que se ocupa dos processos decisórios sobre as políticas, as rotas, o instrumental e as espécies a serem capturadas, assim como organiza e remunera os trabalhadores. Já a pesca artesanal se organiza em meio ao paradoxo de uma

“ética igualitária” e ao mesmo tempo hierárquica de produção (MALDONADO, 1993).

A imprevisibilidade da atividade e a necessidade de compartilhar conhecimentos ou “segredos” (sobre as técnicas, a dinâmica das espécies ou locais de pesca, por exemplo) implicam uma ação colaborativa entre os tripulantes da embarcação pesqueira artesanal. A cooperação entre os pescadores é vista como condição necessária ao sucesso do trabalho: um arriscar-se com os companheiros frente à imprevisibilidade das águas e dos seus seres e à competição com outros grupos de pesca. Como aponta Maldonado (1993, p.43) essa forma de organização na tripulação é também de ordem prática “do ser capaz de coordenar tarefas com os outros companheiros, sem por em risco as suas vidas nem o bote”.

Entretanto, essa ética igualitária subjacente à organização do trabalho na pesca relaciona-se com a figura do mestre que representa a ordem hierárquica máxima na tripulação. É o mestre detentor de competência tecnológica e conhecimentos que numa relação de confiança zela e partilha os “segredos” da pesca com os companheiros auxiliando, ainda, o ordenamento e divisão do espaço marítimo em territórios.

Sob o ponto de vista normativo, a pesca é regulada pela Lei 11.959, 29 de junho de 2009, conhecida como “nova lei da pesca” por ter sido recentemente sancionada no Brasil em substituição ao Código de Pesca, o Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Após 14 anos de tramitação, a nova lei atualizou um valioso marco legal para a pesca em todas as suas modalidades (amadora, de subsistência, científica, comercial) e incluiu um capítulo exclusivamente para a aquicultura.

Na Lei, a pesca é classificada como: a **comercial** (industrial e artesanal) e a **não comercial** (científica – para fins de pesquisa, amadora – para lazer e desporto e de subsistência – para consumo doméstico ou trocas sem fins de lucro). A pesca artesanal é definida na lei como:

a praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009).

Institucionalmente os pescadores artesanais organizam-se sob diferentes formas em cooperativas, sindicatos, associações e outras entidades. Entretanto, as colônias de pesca são as que alcançam a maior representação política da categoria em todo o território nacional.

Cabe destacar que uma das primeiras formas de regulação da atividade pesqueira no Brasil se deu por meio das Capitânicas dos Portos pela Marinha de Guerra com intenções destacadamente militares. Como descreve Silva (1988), aproveitando o conhecimento dos pescadores sobre a costa do Brasil, o Estado visava defender o território nacional de possíveis invasões estrangeiras, transformando os pescadores em instrumentos de defesa nacional. Além de obrigados a pagar pelo cadastramento nas capitânicas, como previa o Decreto nº 447, de 19 de maio de 1846 (*apud* SILVA, 1988), os pescadores ficavam sujeitos ao serviço militar sempre que conveniente à Marinha de Guerra.

Com o fim do império e da escravidão no Brasil, as classes socialmente dominantes no país passaram a elaborar novas estratégias de regulação da atividade pesqueira. Foi nesse contexto que as colônias de pesca foram fundadas, em 1919, seguindo os mesmos moldes organizativos e interesses militares que orientavam a ação das Capitânicas dos Portos. Com as colônias de pesca, a representação política dos pescadores continuou a ser igualmente controlada e fiscalizada pelo Estado (SILVA, 1988), inclusive com relação aos estatutos e aos cargos de direção, ocupados de acordo indicação do governo.

Em tempos mais recentes, a pesca artesanal ganhou maior visibilidade e reconhecimento, em especial a partir do processo de redemocratização política do Brasil. Primeiramente porque, como

mencionado, até então os pescadores eram representados por colônias tuteladas pelo Estado, sob uma política paternalista e dedicada ao controle político de suas instituições.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 8º proclama o direito dos cidadãos à livre associação profissional ou sindical e estende essas disposições às colônias de pescadores e aos sindicatos rurais, conferindo-lhes direitos antes negados pela política vigente.

Além da abertura política, a Constituição de 1988 trouxe em seu arcabouço legal o reconhecimento das variadas formas de organização social de distintos segmentos da sociedade brasileira. Desse modo, com os avanços trazidos pelo reconhecimento expresso dos direitos de diferentes povos, novos processos têm sido deflagrados para a inclusão nas concepções políticas do Estado grupos sociais específicos como os pescadores artesanais.

É importante destacar que, reconhecidos os avanços políticos mencionados, sob o ponto de vista histórico, a limitação imposta pelo Estado à autonomia e organização dos pescadores artesanais ainda tem reflexos nas suas organizações. Obviamente, o processo de abertura política consolidado pela Constituição de 1988 contribuiu para que em muitas localidades os pescadores passassem a participar mais ativamente dos processos políticos e de decisão sobre a atividade. Entretanto, muitas colônias de pescadores tendem a reproduzir a mesma relação dominadora e paternalista dos governos militares nas quais as diretorias controlam e induzem processos de deliberação, perpetuando uma relação em que os pescadores não se impõem, nem se reconhecem como legítimos detentores de poder político.

GESTÃO AMBIENTAL E TRABALHO NA PESCA

A manutenção da pesca artesanal, não só como atividade produtiva, mas como modo de vida, depende diretamente da qualidade dos ecossistemas aquáticos e, portanto, da adequada gestão dos recursos naturais. Entretanto, é preciso ressaltar que os fatores que põem em risco a pesca artesanal em muitas regiões brasileiras inserem-se num contexto de profundos conflitos.

Sem perder de vista a complexidade dessas relações - em suas múltiplas dimensões, atores e territorialidades - pode-se identificar uma série de impactos causados à pesca artesanal pelo modelo econômico vigente que, não raro, provoca exclusão sociocultural e ignora os diferentes modos de vida das comunidades.

No Brasil podemos destacar inúmeros problemas relacionados ao uso e ocupação dos territórios de pesca como os desmatamentos, o aterramento de manguezais, os derramamentos de óleo no mar, o lançamento de esgoto doméstico e industrial sem tratamento nos mares e nos rios, a destruição de nascentes e o funcionamento de empreendimentos potencialmente poluidores que ocasionam inúmeros conflitos nas comunidades pesqueiras.

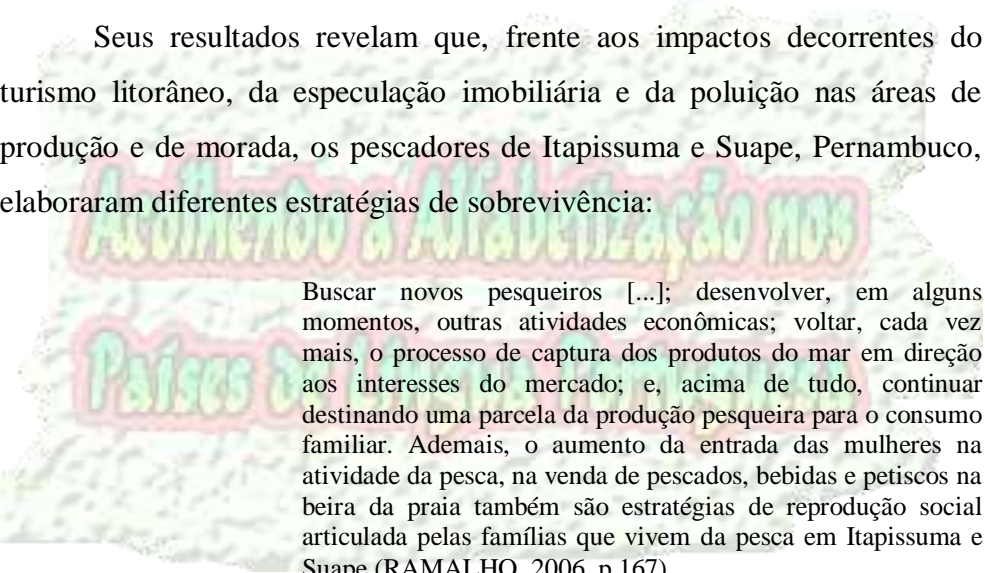
O que está em jogo nesse contexto de disputa senão a própria existência da pesca artesanal frente às novas ordens sociais? Lançar esse questionamento não significa que, à pesca artesanal, confere-se uma posição estanque e alienada das forças sempre fluidas do capitalismo e da modernidade. Pelo contrário, pergunto-me, sobretudo, como a pesca, como atividade e como modo de vida, pode resistir a essas forças externas ou relacionar-se com elas sem subordinação.

Não é o caso de julgar as opções de existência dos diferentes grupos de pescadores: se devem unir forças para remar contra a maré do capitalismo ou se devem se deixar levar por ela. Contudo, é preciso conceber as possibilidades de escolha em termos de readequação social face ao imperativo capitalista. Não estando dadas, as alternativas, nesse processo,

são partes da construção de um vir a ser coletivo no cenário dinâmico da modernidade.

Os estudos de Ramalho (2006) mostram que o desenvolvimento histórico do capitalismo provocou significativas mudanças no ambiente de produção pesqueira desencadeando movimentos de re-organização social dos pescadores. Para o autor, as respostas aos impasses decorrentes do confronto entre os mecanismos de reprodução do capital com as estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais passam fundamentalmente pela capacidade dos pescadores de recriarem suas relações de trabalho e pertencimento.

Seus resultados revelam que, frente aos impactos decorrentes do turismo litorâneo, da especulação imobiliária e da poluição nas áreas de produção e de morada, os pescadores de Itapissuma e Suape, Pernambuco, elaboraram diferentes estratégias de sobrevivência:



Buscar novos pesqueiros [...]; desenvolver, em alguns momentos, outras atividades econômicas; voltar, cada vez mais, o processo de captura dos produtos do mar em direção aos interesses do mercado; e, acima de tudo, continuar destinando uma parcela da produção pesqueira para o consumo familiar. Ademais, o aumento da entrada das mulheres na atividade da pesca, na venda de pescados, bebidas e petiscos na beira da praia também são estratégias de reprodução social articulada pelas famílias que vivem da pesca em Itapissuma e Suape (RAMALHO, 2006, p.167).

Assim, se por um lado identificamos as singularidades e a relevância das interações dos pescadores com o meio natural e os conflitos que ameaçam a sua permanência na atividade, devemos conceber a centralidade das relações de trabalho no que concerne às suas estratégias de reprodução social.

Frente a essa relação dialética entre o particular, significado pelos modos de organização social dos pescadores, e a totalidade, representada pelas demandas estruturais da sociedade capitalista é que buscamos analisar as contribuições da educação ambiental e da economia solidária como

práxis pedagógica nas comunidades pesqueiras tendo como referência o programa de alfabetização de jovens e adultos *Pescando Letras*.

O PROGRAMA PESCANDO LETRAS

Considerando as especificidades culturais das comunidades pesqueiras e o estreito vínculo dos pescadores com o meio ambiente, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) criou, em 2003, o programa *Pescando Letras* em parceria com o Ministério da Educação (MEC).

O *Pescando Letras* é uma linha de atuação pedagógica específica no âmbito do programa de alfabetização de jovens e adultos do Governo Federal *Brasil Alfabetizado* e tem como objetivo promover a alfabetização de pescadores artesanais, considerando o seu contexto sociopolítico e o desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaços democráticos.

Na formatação do programa *Brasil Alfabetizado* a perspectiva é operar com um modelo descentralizado da política pública que visa fortalecer os processos de gestão estaduais e municipais e permite que a proposta pedagógica adotada reflita os anseios, demandas e perspectivas locais relativos aos diferentes segmentos sociais atendidos.

Nessa perspectiva, ampliam-se numa proposta específica de trabalho em comunidades pesqueiras as possibilidades de instituição de alianças com representação do poder público dentre os quais podemos destacar o MEC, o MPA, os Estados, Municípios e também da sociedade civil, por meio das colônias, associações ou sindicatos de pescadores e demais entidades relacionados.

Na concepção do programa, tal como expressa a sua proposta político pedagógica, foram levados em conta os diferentes tempos, espaços e processos de interação entre os pescadores, assim como a sua estreita relação com a natureza:

Pensar a cultura implica saber que [os pescadores] lêem com sabedoria os sinais da natureza, os ventos, as correntes marítimas, a dinâmica dos rios, os problemas ambientais, e são conscientes das dificuldades do seu trabalho e da necessidade de organização (BRASIL, 2004, p.13).

Tendo em vista que os pescadores artesanais têm sua rotina diária vinculada às condições ambientais, nem sempre os seus horários disponíveis se enquadram nos horários convencionais das aulas. Por isso, no sentido do que propõe a pedagogia da alternância os dias e horários das aulas são flexíveis. Prevê-se, ainda, a intensificação de aulas durante o defeso, ou seja, o período de paralisação temporária da pesca, instituído pelo IBAMA para a preservação de espécies, considerando os períodos de reprodução de espécies animais, fenômenos naturais ou acidentes ambientais.

De maneira geral, os pressupostos teóricos do programa apontam que a ação de alfabetização tende a uma prática libertadora e humanista que, de acordo com Paulo Freire (1989), indica que o processo de formação de sujeitos sociais deve religar o conhecimento do mundo à vida e descortinar uma leitura que permita contextualizar e problematizar a realidade.

Na perspectiva freireana de educação, a análise das situações existenciais concretas e das suas dimensões significativas contribui para a inserção dos indivíduos numa forma crítica de pensarem o mundo. Assim sendo, a ação educativa desenvolvida no âmbito do *Pescando Letras*, estando devidamente aliada às especificidades da pesca artesanal, pode ampliar as perspectivas de organização social dos pescadores frente às problemáticas por eles vivenciadas.

A PRÁXIS PEDAGÓGICA

Como vimos, o programa *Pescando Letras* é um espaço de diálogos e construções possíveis dentro de um contexto diverso e flexível como o da pesca artesanal. Isso porque são inúmeras as possibilidades de articulação

tanto do ponto de vista institucional, quanto pedagógico no âmbito do programa.

A práxis pedagógica, no âmbito do programa, é o fio condutor da rede de relações dialética entre a educação e as singularidades da pesca. Desenvolver estratégias de abordagem e diferentes metodologias capazes de entrelaçar tais contextos, ora objetivos, ora subjetivos é um desafio que se impõe cotidianamente ao educador de jovens e adultos. Apesar disso, analisando as recorrências presentes no contexto da pesca artesanal, podemos inferir que as suas relações de trabalho, devidamente significadas nos contextos locais da pesca artesanal, informam valiosos aspectos à práxis pedagógica.

Neste contexto, tendo em vista a necessidade sempre premente de se qualificar a gestão dos recursos pesqueiros e a centralidade da categoria trabalho nos processos de reprodução social dos pescadores, considera-se que a educação ambiental e a economia solidária possuem princípios e práticas que podem subsidiar os processos pedagógicos mencionados.

No que se refere à educação ambiental - tendo como referência a perspectiva crítica e emancipatória da ação pedagógica - vislumbra-se a responsabilidade em oferecer subsídios para ações políticas de caráter democrático e participativo, assim como defende Quintas:

Em razão da complexidade da questão ambiental, há necessidade de que os processos educativos proporcionem condições para as pessoas produzirem e adquirirem conhecimentos, habilidades e desenvolverem atitudes para poderem intervir de forma participativa em processos decisórios que implicam a alteração, para melhor ou pior, da qualidade ambiental (QUINTAS, 2006, p.66).

Construir novos modelos de desenvolvimento capazes de intervir nos processos decisórios fundamentais na gestão do ambiente é uma ação que deve se dar em níveis locais, nos quais se reforça o protagonismo de diferentes atores sociais de modo compartilhado e participativo. Logo,

conclui-se que, se a sociedade é lugar de conflitos, garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal, pressupõe a mediação de diferentes interesses entre os atores sociais que agem sobre o meio físico-natural.

Nessa linha, reafirma-se a responsabilidade da educação ambiental em oferecer subsídios para o exercício real da cidadania. Numa ação educativa desta natureza, como afirma Loureiro (2006), busca-se a realização da autonomia e liberdade humanas, a politização da problemática ambiental em sua complexidade e o diálogo entre ciência e cultura popular nos processos de participação social e exercício da cidadania, processos estes indissociáveis da educação ambiental.

Com essa perspectiva e tendo como parâmetro a instituição de processos democráticos de gestão do ambiente, tanto a sociedade civil quanto o Poder Público têm papel imprescindível nas tomadas de decisão que orientam os processos de desenvolvimento local sustentável a partir do reconhecimento das singularidades dos diferentes grupos sociais. Entretanto, reconhecendo as assimetrias de poder existentes na sociedade e as influências particulares sobre a ação do Poder Público, é a sociedade civil quem deve se fortalecer como reguladora da ação vertical do Estado e também como promotora da justiça ambiental.

Assim como a educação ambiental, a economia solidária busca qualificar a ação política dos cidadãos para criar e recriar novas formas de relação cultural e econômica em diferentes instâncias sociais locais. Por isso, tem como princípios orientadores a democracia, a cooperação e a autogestão que recolocam a melhoria das condições de trabalho e a qualidade de vida acima do lucro enquanto categoria.

Como exemplo, temos que, ao contrário da forma hierárquica que preside a lógica de gestão empresarial, em que o trabalhador raramente participa das decisões, num empreendimento solidário a gestão deve ser feita pelo conjunto de pessoas envolvidas em todo o processo produtivo.

Para que isso efetivamente aconteça é necessário reinventar o poder, diluindo os modelos hierárquicos de organização do trabalho em formas colaborativas e solidárias de produção.

Reinventar o poder ou alterar padrões de consumo e organização social, como preconiza a economia solidária, não é um processo dado *a priori*, mas uma possibilidade de construção coletiva de novas formas de gestão do trabalho e da própria vida. Nesses processos, cabe à educação criar condições para o exercício coletivo da crítica aos padrões hegemônicos e hierarquizados sob os quais se organiza a sociedade (GADOTTI, 2009).

A noção de desenvolvimento como construto baseado nas especificidades locais e dos diferentes grupos sociais remete-nos à ideia de que não há modelo único de desenvolvimento sustentável. Desse modo, identificar os anseios, expectativas e exigências do grupo de pescadores artesanais foco da ação educativa, pressupõe a constituição de espaços colaborativos de discussão e elaboração de estratégias de ação sobre a realidade no sentido da autogestão dos grupos.

Caminhar no sentido da autogestão significa conceber estratégias de organização mais democráticas e coletivas. Para isto, é fundamental desnaturalizar a relativa condição de alienação sobre o processo produtivo a que muitos trabalhadores estão imersos por meio da divisão de funções, ou seja, a autogestão do grupo pressupõe clareza e transparência acerca das interfaces dos diferentes elos da cadeia produtiva para subsidiar os processos coletivos de decisão (SINGER, 2007).

Nesse espaço pedagógico é importante sistematizar coletivamente as práticas sociais dos pescadores artesanais, especialmente no que concerne às suas interfaces com a comunidade e com a natureza a partir do trabalho. Como exemplo, pode-se relacionar junto aos alfabetizandos, aspectos gerais sobre as relações de trabalho no mundo contemporâneo aos aspectos da pesca local para que se possa compreender criticamente como funciona a

cadeia produtiva da pesca, qual a posição de cada trabalhador nessa cadeia, o que é possível melhorar e quais as perspectivas de ação.

Assim, a diversidade de formas de organização social possíveis e já em curso no contexto da economia solidária é aporte para se vislumbrarem novas estratégias de elaboração conjuntas de organização da produção que contribuam para qualificar tanto os processos de gestão ambiental dos recursos pesqueiros, quanto da própria produção em diferentes momentos da cadeia produtiva, desde a extração à comercialização e consumo do pescado.

Com base no que foi mencionado, os pressupostos da educação ambiental podem ser considerados análogos aos da economia solidária na medida em que, sob uma perspectiva crítica, pretendem complexificar a realidade em suas múltiplas determinações materiais, epistemológicas e culturais visando instrumentalizar os sujeitos para a transformação da realidade socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos inferir que os pescadores artesanais, a partir de seus modos de organização social, cultural e produtivo desenvolvem diferentes estratégias de reprodução social frente à ordem dinâmica do capital. Deste modo, buscam condições dignas de sobrevivência por meio da pesca e, sobretudo, o direito de participar dos processos decisórios fundamentais que regulam a sua atividade.

Os problemas socioambientais relativos ao exercício da pesca ultrapassam a especialização do saber e indicam que um dos caminhos para a sua resolução é promover a troca de saberes especializados com os saberes não-científicos. Nessa perspectiva, as turmas constituídas no âmbito do *Pescando Letras* podem representar importantes fóruns de reflexão coletiva

e discussão acerca dos problemas que afetam a pesca artesanal nas localidades atendidas.

Nesse contexto, a práxis pedagógica entrelaçada aos princípios e práticas da educação ambiental e da economia solidária apresenta valiosas interfaces com os processos de gestão do ambiente e da produção na pesca artesanal. Sob essa perspectiva, a abordagem pedagógica, política e ambiental proposta pode ser considerada subsidiária à construção de estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais na busca pelo desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição, 1988.

_____. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. **Proposta Pedagógica do Programa Pescando Letras**. Brasília: 2005.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Rede de Saberes: alfabetização de pescadores artesanais**. Brasília, 2004.

_____. Lei nº 11.959/2009, de 29 de junho de 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br.

DIEGUES, A. C. S.. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente: São Paulo, 2000.

_____. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: Nupaub-USP, 2004.

_____. **A sócio-etnologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Etnográfica, Lisboa: vol. III, n.21, p. 361-375, 1999.

FREIRE, P.. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 24ª ed. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 4).

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M.. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Vol. 1.

HOTZ, K.; ZANARDINI, I.. **Implicações do processo de reestruturação produtiva no Brasil e as implicações para a educação**: algumas considerações. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.4, n.2, p. 131-138, jul-dez, 2009.

LAYRARGUES, P. P.. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos sócio-ambientais. In Loureiro, C. F. B. et al. (orgs.) **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, p. 87-155, 2000.

MALDONADO, S.. **Mestres & mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

MARRUL FILHO, S.. **Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros**. Brasília: IBAMA, 2003 (p.29 a 47).

QUINTAS, J. S.. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília: IBAMA, 2006.

_____. **Educação no processo de gestão ambiental**: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, v.01, p.113-140.

RAMALHO, C.. **“A, esse povo do mar!”**: um estudo sobre o trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis, Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006.

SINGER, P..Economia solidária, **Estudos avançados**, 22(62), 2008.

SILVA, L. G. S..**Os pescadores na história do Brasil**. Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores, 1988, v. 1.

Autora:

Sílvia Cordeiro de Araújo
Mestranda em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB.
Contato: silvinhacaraujo@gmail.com

Texto recebido em março de 2011.

Texto aprovado para publicação em junho de 2011.

Como citar este texto:

ARAÚJO, S. C. de. Perspectivas da economia solidária e da educação ambiental como práxis pedagógica no programa Pescando Letras. **Revista Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, Brasil, São Paulo, volume 1, nº. 1, pp. 9 – 27, Set. 2011. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>.

